



Relatório da Análise Diagnóstica

Corregedoria das Comarcas do Interior

Apresentação

Este relatório tem como propósito consolidar informações provenientes dos formulários de análise diagnóstica preenchidos pelos magistrados responsáveis pelas unidades judiciárias localizadas nas comarcas supervisionadas pela Corregedoria das Comarcas do Interior (CCI). O objetivo é identificar as principais deficiências que impactam negativamente na prestação jurisdicional.

A coleta desses dados tem como finalidade buscar soluções eficazes para minorar ou eliminar os impactos negativos decorrentes dessas ocorrências. Além disso, este documento desempenha um papel crucial ao fornecer subsídios para instruir o plano de gestão da CCI para o biênio 2024/2026.

Ao analisar as informações contidas nos formulários, visamos não apenas compreender os desafios enfrentados, mas também direcionar estrategicamente as ações necessárias para aprimorar a eficiência e eficácia da prestação jurisdicional nas comarcas do interior.

A abordagem integral deste relatório busca contribuir significativamente para o desenvolvimento de um plano de gestão robusto, capaz de enfrentar os desafios identificados, promovendo, assim, melhorias substanciais na qualidade dos serviços judiciários oferecidos.

Análise diagnóstica

A Corregedoria das Comarcas do Interior (CCI) desenvolveu e encaminhou um formulário de análise diagnóstica aos magistrados encarregados das unidades judiciárias nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária, com o objetivo de identificar as principais lacunas que impactam a eficácia da prestação jurisdicional.

Por meio das informações fornecidas, procedeu-se ao minucioso mapeamento do nível de satisfação dos juízes em relação às instalações físicas, recursos tecnológicos e ao ambiente de trabalho. Isso englobou a avaliação detalhada do uso das ferramentas de gestão cartorária disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça da Bahia, incluindo a necessidade de treinamentos e capacitações.

Para além dos aspectos mencionados, um espaço foi reservado para que os magistrados pudessem apresentar sugestões de aprimoramento e propostas estratégicas para a atuação da Corregedoria, visando ao refinamento da gestão cartorária ao longo do biênio 2024/2026.

O questionário obteve a participação ativa de 145 juízes, e nos próximos tópicos, serão apresentados os resultados e o panorama resultante dessa valiosa contribuição para o aprimoramento do sistema judiciário em nossa região.

Análise de quesitos

1) Como considera as instalações físicas da unidade?

No que concerne ao tópico nº 1, referente às instalações físicas da unidade, a análise revela uma divisão de percepções entre os magistrados.

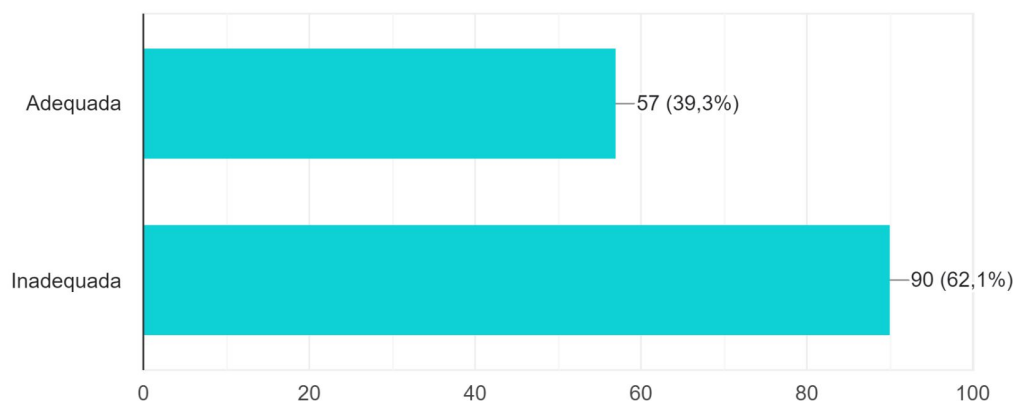
Dos participantes, 39,3% consideram as instalações físicas como adequadas, enquanto expressivos 62,1% as avaliam como insatisfatórias.

As sugestões de melhorias apresentadas são de suma importância para aprimorar a eficiência operacional. Destacam-se propostas como a instituição de um sistema de segurança nos fóruns, a adequação do espaço físico para torná-lo acessível às pessoas com dificuldade de locomoção, a realização de reformas ou construção de novos fóruns diante da insuficiência do espaço físico, que impacta na instalação de salão do júri, salas de audiência, e enfrenta desafios como infiltrações e constantes alagamentos. Além disso, a sugestão de instituir a coleta seletiva demonstra a preocupação com práticas sustentáveis no ambiente judiciário.

Essas contribuições refletem a importância de abordar não apenas a eficiência técnica, mas também a infraestrutura física, garantindo um ambiente propício para a administração da justiça.

Como considera as instalações físicas da unidade, tais como estrutura de cartório, gabinete, coleta seletiva, acessibilidade e segurança do Fórum?

145 respostas



2) Como considera o aparelhamento tecnológico da unidade?

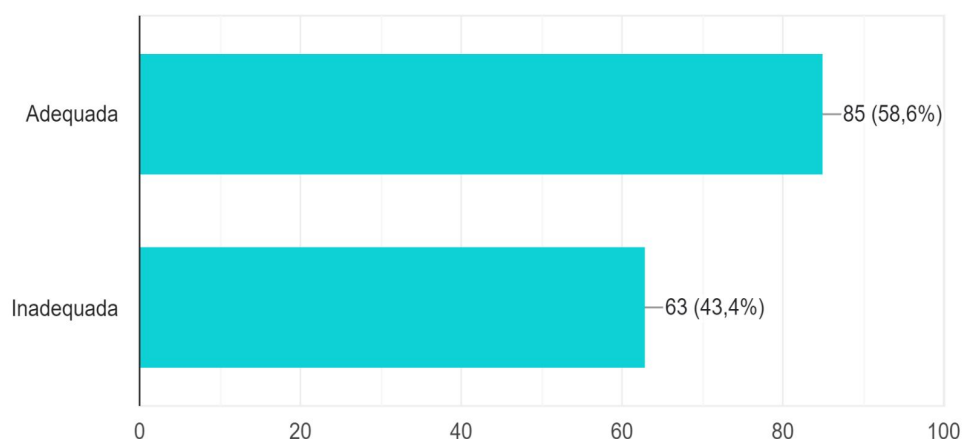
Quanto ao tópico nº 2, que aborda o aparelhamento tecnológico da unidade, a análise revela uma perspectiva mais otimista, com 58,6% dos participantes considerando as condições atuais como adequadas. Entretanto, 43,4% apontam que o atendimento necessário à prestação jurisdicional ainda não é plenamente alcançado.

As sugestões de aprimoramento apresentadas destacam a importância de investimentos e melhorias específicas para garantir um ambiente tecnológico eficiente. Entre as principais propostas, inclui-se o aumento do link de Internet, aprimoramentos no sistema PJE 1º Grau, a substituição e fornecimento de computadores em quantidade equivalente ao número de servidores, o envio de computadores com leitor de mídia para facilitar a inclusão de documentações de processos migrados no sistema PJE Mídias, além do fornecimento de No-breaks diante da intermitência da rede elétrica e a disponibilização de Scanner e Webcam.

Essas sugestões indicam uma preocupação estratégica com a infraestrutura tecnológica, visando não apenas a estabilidade dos sistemas existentes, mas também o acompanhamento das demandas atuais e futuras da prestação jurisdicional.

Como considera o aparelhamento tecnológico da unidade?

145 respostas



3) Como considera o ambiente de trabalho e as relações interpessoais na unidade?

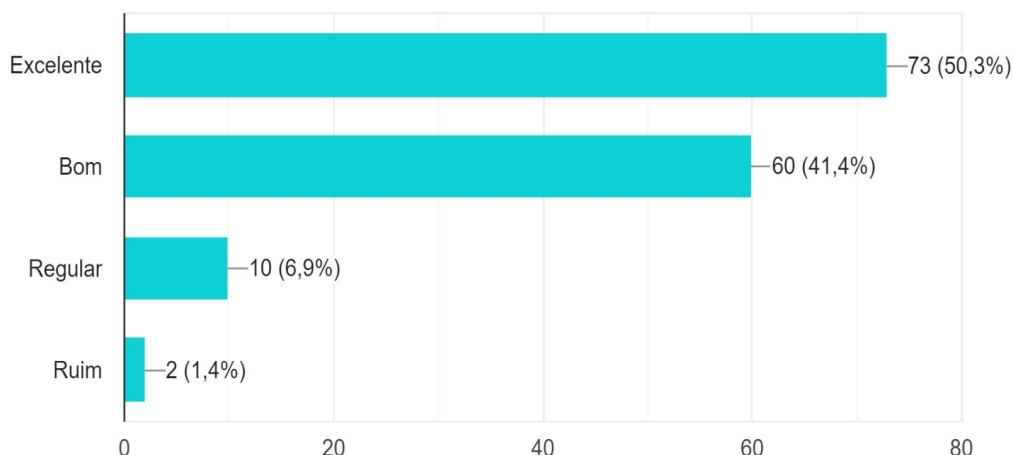
No que concerne ao tópico nº 3, que aborda o ambiente de trabalho e as relações interpessoais na unidade, destaca-se uma avaliação predominantemente positiva, com expressivos 91,7% dos participantes considerando o ambiente excelente ou bom. Contudo, 7,3% avaliam como regular ou ruim, indicando a necessidade de atenção a determinados aspectos.

As sugestões de melhorias apresentadas refletem a preocupação em fortalecer o ambiente de trabalho e as interações entre os servidores. Entre as principais propostas, destaca-se a melhoria da comunicação entre os membros da equipe, a disponibilização de uma equipe especializada para auxiliar no fortalecimento dos vínculos entre os servidores, a promoção de cursos que proporcionem uma melhor compreensão acerca das relações humanas e seu impacto no ambiente de trabalho, além da ampliação do quadro de servidores como meio de viabilizar a diminuição da sobrecarga de trabalho.

Essas sugestões evidenciam a importância de cultivar um ambiente de trabalho saudável e produtivo, reconhecendo a relevância das relações interpessoais para a eficiência operacional.

Como considera o ambiente de trabalho e as relações interpessoais na unidade?

145 respostas

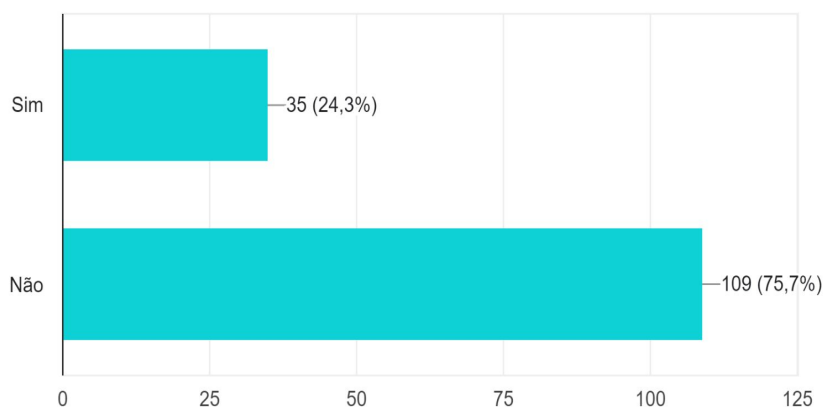


4) Há processos físicos arquivados no cartório?

No que tange ao tópico nº 4, referente à presença de processos físicos arquivados nos cartórios, 24,3% dos magistrados indicaram a existência desses processos em suas unidades. Essa constatação suscita a necessidade de uma análise detalhada nas comarcas, avaliando a viabilidade e estabelecendo medidas para o recolhimento eficiente dos autos.

Há processos físicos arquivados no cartório?

144 respostas



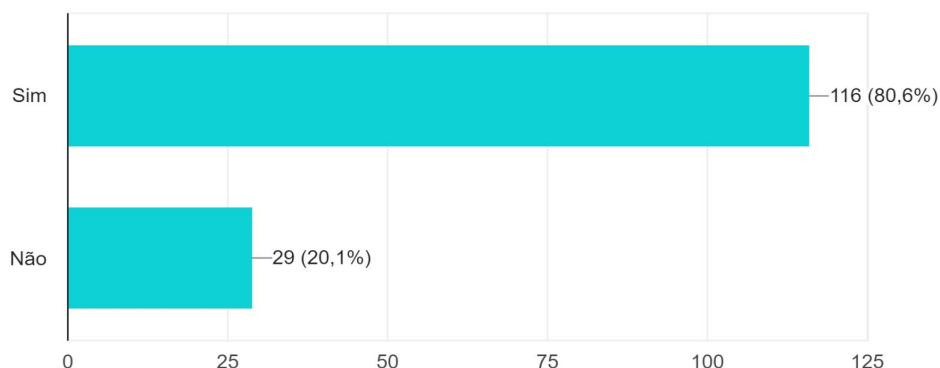
5) Ao realizar a análise do processo pelo cartório, há verificação acerca da regularidade do cadastramento das ações?

No tocante ao tópico nº 5, que aborda a análise do processo pelo cartório em relação à verificação da regularidade do cadastramento das ações, notamos que expressivos 80,6% dos magistrados afirmam realizar essa conferência. No entanto, uma parcela significativa indicou não realizar tal verificação.

Essa diferenciação nas práticas de análise sugere a oportunidade de estabelecer diretrizes mais uniformes para garantir a consistência no cadastramento das ações.

Ao realizar a análise do processo pelo cartório, há verificação acerca da regularidade do cadastramento das ações?

144 respostas



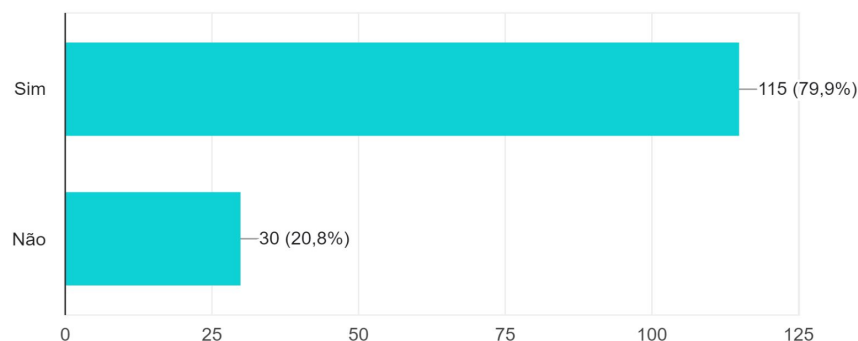
6) Os processos dotados de prioridade legal são identificados, por meio de etiquetas, no sistema PJE 1º Grau?

No âmbito do tópico nº 6, que aborda a identificação de processos com prioridade legal por meio de etiquetas no sistema PJE 1º Grau, observa-se que a grande maioria, representando 79,9% dos magistrados, realiza o etiquetamento adequado dessas prioridades nos autos. Entretanto, uma parcela de 20,8% indicou não realizar tal identificação por meio de etiquetas.

Essa variação nas práticas de identificação pode impactar a eficiência na tramitação dos processos com prioridade legal.

Os processos dotados de prioridade legal são identificados, por meio de etiquetas, no sistema PJE 1º Grau?

144 respostas

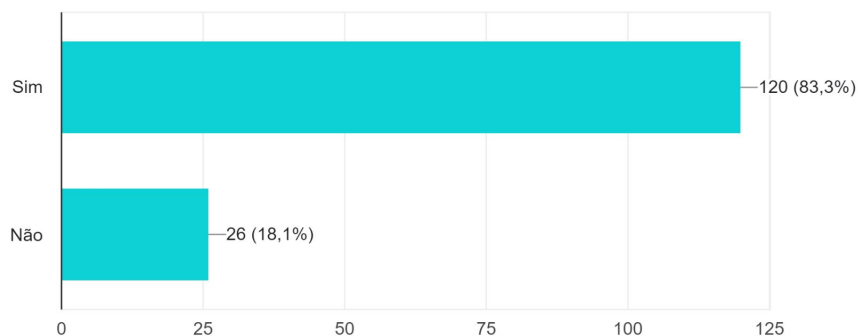


7) Os processos inclusos nas METAS do CNJ são identificados, por meio de etiquetas, no sistema PJE 1º Grau?

No que diz respeito ao tópico nº 7, que trata da identificação de processos incluídos nas Metas do CNJ por meio de etiquetas no sistema PJE 1º Grau, observa-se que uma significativa maioria, equivalente a 83,3% dos magistrados, realiza o etiquetamento desses processos em conformidade com as Metas Nacionais. Entretanto, uma parcela de 18,1% indica não realizar a identificação por meio de etiquetas.

A uniformidade na identificação dos processos vinculados às Metas Nacionais é crucial para o monitoramento e alcance desses objetivos.

Os processos inclusos nas METAS do CNJ são identificados, por meio de etiquetas, no sistema PJE 1º Grau?
144 respostas



8) Qual é a maior dificuldade para o enfrentamento do acervo processual da unidade?

No que tange à indagação sobre a maior dificuldade para o enfrentamento do acervo processual da unidade, a maioria das respostas destacou a insuficiência de mão de obra, principalmente a carência de bacharéis em direito nas secretarias e nos gabinetes, bem como a escassez de peritos cadastrados no sistema do Tribunal de Justiça da Bahia. Além disso, foi apontada a recorrente instabilidade do sistema PJE e a limitação do link de internet como obstáculos relevantes.

Outras dificuldades evidenciadas incluem o desafio enfrentado diante de lides predatórias, a falta de cursos de capacitação, e o excesso de demandas atribuídas aos magistrados. Esses elementos compõem um cenário desafiador que demanda a atenção e esforços coordenados para superar obstáculos, melhorar a eficiência operacional e fortalecer a qualidade da prestação jurisdicional.

9) Qual ferramenta de trabalho pode ser implementada, na sua opinião, para que haja a redução do acervo processual?

As sugestões apresentadas para a implementação de ferramentas visando a redução do acervo processual são bastante abrangentes e estratégicas. Vejamos algumas melhorias específicas:

Implementação de Inteligência Artificial (IA):

Utilização de IA para identificar prescrição e processos paralisados por responsabilidade das partes, agilizando a identificação de casos que podem ser arquivados ou solucionados de forma mais eficiente.

Nomeação de Servidores:

A nomeação de servidores adicionais pode contribuir para suprir a insuficiência de mão de obra, especialmente de bacharéis em direito, melhorando a capacidade de análise e tramitação dos processos.

Etiquetamento por Tema e Precedentes Obrigatórios:

A categorização por temas e precedentes obrigatórios facilita a identificação de processos semelhantes e agrega consistência na aplicação de decisões, promovendo eficiência e uniformidade.

Mutirões em Ações Possessórias:

A realização de mutirões em ações possessórias foca na resolução coletiva de casos específicos, acelerando a tramitação e reduzindo a carga de trabalho relacionada a esses processos.

Padronização de Rotinas Cartorárias:

A padronização de rotinas cartorárias contribui para a consistência e eficiência na condução dos processos, evitando retrabalho e otimizando recursos.

Repositório de Modelos Jurídicos:

Um repositório de modelos de sentenças, decisões e despachos facilita o trabalho dos magistrados, promovendo agilidade na produção de documentos jurídicos.

Implementação de Sistema de Triagem Automática:

Um sistema de triagem automática pode agilizar o encaminhamento dos processos para as áreas responsáveis, otimizando o fluxo de trabalho.

Curso de Capacitação para Juízes Leigos e Conciliadores:

O treinamento especializado para juízes leigos e conciliadores contribui para a eficiência na resolução de demandas, aliviando a carga de trabalho dos magistrados.

Ferramenta de Contagem de Prazos e Elaboração de Cálculos:

Ferramentas dedicadas à contagem de prazos e elaboração de cálculos proporcionam precisão e agilidade nas atividades processuais.

Treinamento para Utilização da Ferramenta PJe+R:

O treinamento específico para a ferramenta PJe+R visa maximizar a eficácia dessa plataforma, otimizando o trabalho dos usuários.

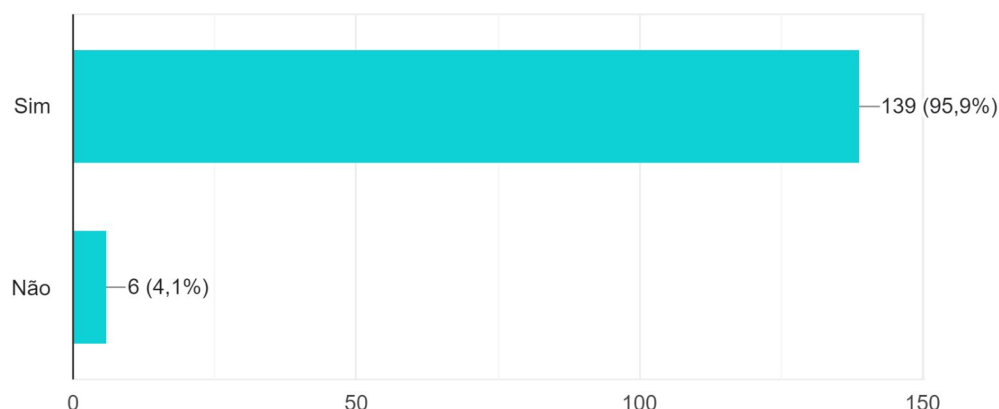
10) A unidade utiliza a Ferramenta EXAUDI no gerenciamento cartorário?

No que se refere à utilização da Ferramenta EXAUDI no gerenciamento cartorário, é notável que uma expressiva maioria, representando 95,1% dos participantes, faz uso desta ferramenta. Esse alto índice de adoção sugere que a comunidade judiciária reconhece a importância e os benefícios proporcionados por soluções tecnológicas na gestão dos processos.

Contudo, é relevante investigar as razões que levam a uma pequena parcela a não utilizar a Ferramenta EXAUDI, buscando compreender eventuais obstáculos ou necessidades específicas que possam influenciar essa escolha.

A unidade utiliza a Ferramenta EXAUDI no gerenciamento cartorário?

145 respostas



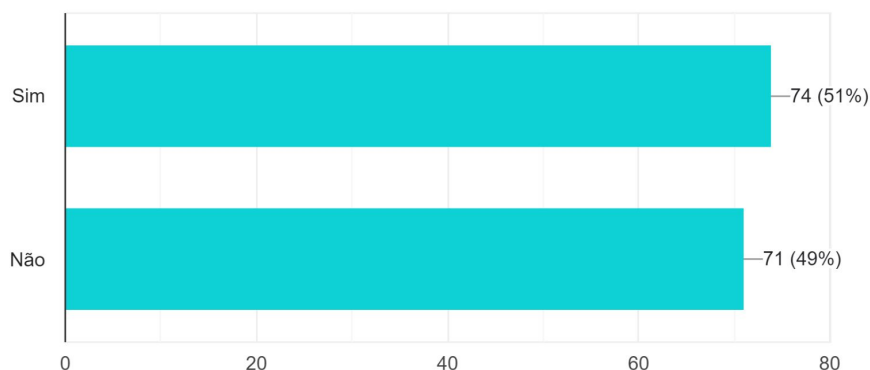
11) A unidade utiliza a extensão PJE+R, no sistema Pje 1º Grau, como ferramenta de auxílio no gerenciamento cartorário?

A divisão equitativa na utilização da extensão PJE+R no sistema Pje 1º Grau, com 51% dos respondentes afirmando utilizá-la e 49% indicando não utilizá-la, aponta para uma oportunidade de disseminação e conscientização sobre a importância dessa ferramenta no contexto do gerenciamento cartorário.

Os resultados sugerem que uma parcela significativa ainda não usufrui dos benefícios oferecidos pela extensão PJE+R.

A unidade utiliza a extensão PJE+R, no sistema Pje 1º Grau, como ferramenta de auxílio no gerenciamento cartorário?

145 respostas



12) De que modo a Corregedoria das Comarcas do Interior, biênio 2024/2026, poderia auxiliar para a melhoria da gestão cartorária?

As sugestões apresentadas delineiam um plano estratégico abrangente para fortalecer a gestão cartorária nas Comarcas do Interior durante o biênio 2024/2026. Abaixo, destaco a importância de cada iniciativa proposta:

- 1.** Treinamento para Identificação de Processos Correlacionados com Metas do CNJ;
- 2.** Treinamento e Acompanhamento na Utilização da Tabela Processual Unificada do CNJ;
- 3.** Treinamento para Outros Atores Processuais;
- 4.** Uniformização de Rotinas em Audiências de Custódia e Cartas Precatórias;
- 5.** Semana Temática de Julgamento;
- 6.** Mutirões para Saneamento do Passivo;
- 7.** Intervenção para Nomeação de Servidores;
- 8.** Treinamento de Reciclagem em Gestão Cartorária;
- 9.** Manual de Padronização de Atos Cartorários;
- 10.** Aumento do Quadro de Servidores nos Gabinetes;
- 11.** Mutirão para Cumprimento de Mandados;
- 12.** Estabelecer Filtro para Encaminhamento de Reclamações;
- 13.** Capacitação Contínua dos Magistrados.

Conclusão

Em conclusão, as sugestões apresentadas formam um conjunto estratégico e abrangente destinado a otimizar a gestão cartorária nas Comarcas do Interior durante o biênio 2024/2026. Essas propostas destacam a importância de capacitação especializada, uniformização de procedimentos e o uso eficaz da tecnologia para aprimorar a prestação jurisdicional.

A proposta de treinamentos específicos, alinhados às Metas do CNJ e à tabela processual unificada, visa melhorar a eficiência e estabelecer práticas judiciais uniformes. O envolvimento de outros atores processuais, juntamente com a programação de semanas temáticas e a realização de mutirões, reforça a cooperação e a busca por soluções conjuntas para desafios específicos.

A intervenção, junto à Presidência, para a nomeação de servidores e a busca por um aumento do quadro ressaltam a importância de recursos humanos adequados para garantir a eficácia operacional. A reciclagem em gestão cartorária e a disponibilização de manuais de padronização contribuem para a formação contínua e para a uniformidade nos procedimentos.

A Corregedoria, ao incorporar essas sugestões, demonstra uma abordagem proativa para enfrentar os desafios e promover melhorias substanciais na gestão cartorária das Comarcas do Interior.

Essas ações visam não apenas responder aos obstáculos atuais, mas estabelecer bases sólidas para um sistema judiciário mais eficiente e acessível.



Corregedoria
das **Comarcas** do
Interior da **Bahia**

E-mail:

corregedoriainterior@tjba.jus.br

projetoscci@tjba.jus.br

Tel: 71 3372-5088
